

SEXTA-FEIRA — 5 DE DEZEMBRO DE 1986

Notas e informaçõesAo nac Const p. 3
ESTADO DE SÃO PAULO**A coragem de ser do Centro**

Apesar do elevado número de votos em branco — sem dúvida, uma lição para o futuro —, não se pode deixar de reconhecer que as eleições gerais realizadas em 15 de novembro contribuíram para aperfeiçoar o processo político. Negá-lo será desconhecer pelo menos dois pontos irrefutáveis: 1) o alto índice de renovação da Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas sugere a possibilidade de consertar os erros cometidos por muitos daqueles que não renovaram seus mandatos e também dos que ficam; 2) apesar de todas as críticas feitas ao processo, ele marcou a firme disposição do eleitorado brasileiro de não retroceder no caminho da democracia. Na verdade, analisando-se os resultados, o que salta aos olhos é que os radicalismos foram derrotados à esquerda e à direita — exceção feita, talvez, à eleição de três ou quatro deputados estaduais em São Paulo, que fizeram do abuso do tema *segurança* o conteúdo de sua mensagem pouco democrática.

Os temores de que a Assembléia Nacional Constituinte fosse composta de representantes predominantemente à esquerda se dissiparam tão logo as urnas se abriram; da mesma maneira, apagou-se o receio (justo) de que a representação nacional fosse integrada por maioria imobilista, do ponto de vista social e político. A rigor pode dizer-se que na Assembléia Nacional Constituinte predominará o Centro — como, aliás, as eleições vêm demonstrando a cada quatro anos, desde que, a partir de 1974, o povo descobriu que o autoritarismo não era o bicho-papão que se supunha, podendo ser derrotado no terreno eleitoral que ele próprio havia estabelecido para enganar os que necessitam ser docemente convencidos das virtudes “democráticas” do regime.

No último pleito, os partidos que tradicionalmente representam a esquerda, os comunistas, foram marginalizados pelo

eleitorado. Um ou outro deputado do PC ou do PC do B que tenha sido eleito aqui ou ali apenas confirma a impressão que em todos ficou desse repúdio. O que apenas prova a tese que sempre sustentamos: a melhor maneira de esconjurar o perigo dos partidos comunistas é força-los a disputar a preferência popular sob seu próprio nome. Desta vez não havia como abrigar-se na federação ou no ônibus que é ainda o PMDB. Não se negará, nem por isso, que o partido majoritário acolheu alguns egressos de agremiações que outrora se situavam talvez mais à esquerda do PC, mas que hoje, feita a experiência do poder, se convenceram de que a convivência democrática é preferível à subversão armada.

Há outro aspecto para o qual é preciso atentar. Durante a campanha, falou-se demais no famoso “poder econômico”. Se tomarmos os exemplos de São Paulo e do Rio de Janeiro, que se verá? Para a Câmara dos Deputados, os primeiros não tiveram benefícios dessa entidade metafísica. Mais ainda, excetuando-se o caso do sr. Ulysses Guimarães, que se beneficiou da máquina do PMDB, os mais votados em São Paulo e no Rio de Janeiro não foram candidatos bafejados pelo poder. Prova evidente, podemos dizer, de que o processo eleitoral se está aperfeiçoando e de que somado prestígio pessoal a horário gratuito e a uma mensagem, qualquer que seja, desde que tenha coerência, é possível bater nas urnas os que nada têm que comunicar.

No processo de consagração do Centro e eliminação dos partidos comunistas, o PT assumiu a posição do radical — e por isso perdeu votos em muitos colégios eleitorais importantes. A crise que lavrava no partido, também ele uma federação (só que de esquerdistas democráticos associados com guerrilheiros e totalitários), veio à luz claramente. Hoje, o PT é um partido dedicado a transformar as estruturas, não se sabe por

que meios. Confessadamente, pretende a democracia; na prática, vem demonstrando o contrário.

Felizmente, embora a combatividade dos representantes petistas prenuncie sessões agitadas na Constituinte, tudo indica que será possível ter-se uma Constituição liberal-democrática. Com a condição, evidentemente, de que a crise econômica não se transforme em crise política e de Estado e de que os badernalhos não consigam fazer de Brasília um local pouco propício ao trabalho de passar a limpo a estrutura constitucional do País. A tarefa dos futuros deputados, não será preciso dizê-lo, será de fundamental importância — e só poderão levá-la a cabo se tiverem a coragem de resistir às pressões que sem dúvida alguma se levantarão contra eles, seja de parte dos imobilistas no terreno econômico e social, seja daqueles que se dizendo liberais em matéria econômica no fundo defendem os “cartórios” consagrados pelas várias reservas de mercado, seja dos que não pretendem de forma alguma que o Brasil venha a ser uma democracia liberal no estilo daquelas que vigem nos países da OCDE, isto é, no Primeiro Mundo.

A Assembléia Nacional Constituinte terá todas as condições para fazer a Constituição de que o Brasil necessita. Se, porém, os representantes fraquejarem e refugiarem a seu dever, será inevitável o agravamento da crise que atinge o País. O fato de a maioria da Assembléia Nacional Constituinte ser de centro não é garantia suficiente de que o horizonte permanecerá limpo. É preciso também que essa maioria demonstre coragem cívica para resistir às pressões dos que desejam a revolução, ou daquelas que pretendem que tudo permaneça como está. Somente assim será possível superar as dificuldades da hora presente e aquelas que o futuro próximo trará.